

Vivência Ubuntu nos Caminhos do Cuidado: Saberes Ancestrais nas Redes de Apoio à Amamentação

*Ubuntu Experience in Paths of Care:
Ancestral Knowledge in Breastfeeding
Support Networks*

Fernanda Flávia Cockell

Doutora em Engenharia de Produção –
Universidade Federal de São Carlos, UFSCar,
Brasil

Professora Associada - Departamento de
Sociologia - Universidade Federal de Minas
Gerais – UFMG, Brasil

cockellfernanda@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4422-2935>

Resumo: O artigo tem como objetivo explorar as potencialidades e desafios de um projeto de educação e cuidado em saúde em territórios urbanos. Idealizado por uma educadora e mãe preta, a iniciativa, embasada na ética ubuntu, busca resgatar técnicas ancestrais e promover um senso de comunidade para apoiar a amamentação de mulheres vulnerabilizadas. Através da experiência prática e do mapeamento da rede de apoio estabelecida entre 2015 e 2022, o artigo detalha os métodos e princípios orientadores, o perfil da equipe, o compartilhamento dos atores, a reconfiguração durante a sindemia e as contradições encontradas. São saberes coletivos, pautados no viver ubuntu, negligenciados pela academia e pouco incorporados nas práticas de saúde, que são marcadas pelo colonialismo e pelo epistemicídio de saberes.

Palavras-chaves: ubuntu, educação, redes de apoio

Abstract: The article aims to explore the possibilities and challenges of a health education and care project in urban territories. Conceived by an black educator and mother, the initiative, grounded in Ubuntu ethics, seeks to revive ancestral techniques and foster a sense of community to support breastfeeding for vulnerable women. Through practical experience and mapping of the support network established between 2015 and 2022, the article details the guiding methods and principles, the team profile, the actors' collaboration, the reconfiguration during the syndemic, and the identified contradictions. These are collective knowledges, guided by the Ubuntu way of life, neglected by academia and inadequately incorporated into health practices marked by colonialism and an epistemicide of knowledge.

Keywords: ubuntu, education, support networks

1 - Introdução

A parceria ensino-serviço permite que graduandos da saúde vivenciem os desafios e singularidades de cada território de atuação. A extensão desenvolve competências para construir, de modo eficaz, recursos adequados para o cuidado integral. Saberes, fazeres e quererem em ação (FELLIPE, 2020), que demandam mobilizar diariamente os conhecimentos adquiridos ao longo da formação, aplicar quando necessário um conjunto de habilidades (recursos e métodos), contribuindo com o desenvolvimento de atitudes a partir das vivências coletivas.

Territórios são espaços de compartilhamento, um “mundo do viver” (SANTOS, 2023: 32). É na confluência de saberes que acontece o envolvimento, quando profissionais em formação e educadores podem conhecer trajetórias de vida, saberes comunitários e histórias diversas. Para construir projetos compartilhados entre a comunidade e os profissionais é necessário o desenvolvimento de “relações de menos assimetrias, em prol do bem-estar coletivo” (PONTES DE ALBUQUERQUE & FLEURI, 2020:273), caso contrário, não há envolvimento real nem aprendizado mútuo.

O projeto buscava o “contracolonialismo” (SANTOS, 2023: 36) e o resgate do ubuntu nas práticas em saúde e na educação democrática (DJU & MURARO, 2022: 261), aproximando acadêmicos e profissionais da Rede de Atenção à Saúde (RAS) das estratégias individuais e coletivas de puérperas negras, “outras bases do viver, diferente daquelas que o enredo colonial” (BARBOSA, OLIVEIRA & CORRÊA, 2023: 2474) imputa aos nossos corpos.

Ubuntu é uma categoria “epistêmica e ontológica fundamental do pensamento africano dos grupos que falam a língua Bantu”, todo mundo “epitermicamente pensa que sabe o que é”, mas não é fácil de explicar as filosofias africanas, muito menos adaptar o ubuntu como “ferramenta de intersubjetivação sem metodologias próprias” (GOMANE, 2019: 86).

Consiste em duas palavras combinadas: o prefixo ubu e a raiz ntu- sendo descritas pelo filósofo Mogobe Bernard Ramose (1999: 50), como: “ubu evoca a ideia da existência, em geral. Abrindo-se à existência antes de manifestar a si mesmo na forma concreta ou no modo de existência de uma entidade particular”. Enquanto, ntu é “um ponto no qual a existência assume

uma forma concreta ou um modo de ser no processo contínuo de desdobramento, que pode ser epistemologicamente distinto”. Ubuntu promove uma atenção a pessoa humana, capaz de inspirar outra forma de ser e de estar no mundo (RAMOSE, 2009).

A filosofia ubuntu fundamenta-se em “uma ética de coletividade”, procurando resgatar a essência de “ser uma pessoa com consciência de que é parte de algo maior e coletivo”, apresentando-se a partir de uma preocupação com o outro (CAVALCANTE, 2020: 184). Seja o outro mais próximo, “eu sou porque tu és”, no qual nossa existência está ligada a existência dos mais próximos e “eu sou porque nós somos”, ampliando o conceito e às práticas para toda humanidade.

A ética-moral ubuntu do cuidado coletivo e de cooperação comunitária pode ser resguardada em espaços urbanos brasileiros. São “iniciativas de sobrevivência e re-existência do povo preto em face a (in)ação do Estado” (BARBOSA, OLIVEIRA & CORRÊA, 2023: 2474). É preciso resgatar a cosmovisão do mundo negro-africano, abrindo caminhos para a construção de redes de apoio mútuo, vivenciando coletivamente uma “realidade integradora” (CAVALCANTE, 2020: 186).

Ubuntu não tem haver apenas com cordialidade, trata-se de “meios de manutenção da vida coletiva”, na medida em que o “humano se dá por meio da comunidade interconectada com o mundo” (SARAIVA, 2019:98). O “ser em comunidade” pode ser entendido a partir de sua integração com sua comunidade, conectando relações e experimentando nossa existência, não de maneira individual, mas em grau comunitário (CAVALCANTE, 2020; SARAIVA, 2019).

Sem nossas aldeias perdemos o apoio, ficamos sem referências de mulheres que conseguem amamentar diante das barreiras ambientais, quais estratégias utilizam e as sabedorias ancestrais que permitiram resistir. Um provérbio originário na Nigéria explica que é “preciso uma aldeia para se educar uma criança”. Em outras regiões da África, se diz: “um só joelho não ampara uma criança” ou “uma só mão não nina uma criança” (NUNES, 2022). Infelizmente, importamos o pensar colonial, de “quem pariu Mateus que balance”, responsabilizando a mãe pelo cuidado, individualizando o criar. O ubuntu deve “fazer parte da política educacional, da coerência entre a teoria e prática dos sujeitos da educação” (DJU & MURARO, 2022:261).

São inúmeros os desafios para ampliar redes sociais de apoio para o aleitamento materno em territórios urbanos vulnerabilizados (ROLLINS ET AL., 2016) e o presente artigo pretende

detalhar as ações realizadas pelo projeto de extensão universitária, baseado no resgate de técnicas ancestrais de cuidado, na constituição de laços sociais, no envolvimento comunitário e na educação afrocentrada (BRASIL, 2003; HOOKS, 2020). Serão descritos os percursos, fundamentos e desafios enfrentados desde a formação, ampliação, reformulação durante a emergência sanitária por COVID-19 e término institucional.

Direito fundamental da criança, a amamentação tem “efeitos importantes em longo prazo na saúde, nutrição e desenvolvimento” da criança, com impactos também para a saúde da mãe (VICTORA ET AL., 2016: 17), porém é preciso modificar fatores contextuais associados à manutenção prolongada, pois o “mundo ainda não é um ambiente que apoia e possibilita a amamentação para a maioria das mulheres que desejam amamentar” (ROLLINS ET AL., 2016).

As estratégias de “proteção, a promoção e o apoio à amamentação são essenciais” para o alcance de oito dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, devendo ser elaboradas pensando nas especificidades regionais (VICTORA ET AL., 2016: 20). O último inquérito populacional nacional de base domiciliar (BRASIL, 2019) mostra a prevalência de Amamentação Materna Exclusiva (AME) no Brasil de 45,8%, com mediana de 3 meses, e de 35,5% aos 24 meses de vida, ainda abaixo do preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para 2030, alcance de 70% AME e 60% aos dois anos de vida.

2 - Percursos metodológicos: escrevivências e trajetórias

O projeto aprovado pelo comitê de ética, CAAE 78025717.4.0000.5505, buscava a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, tendo como princípio de que as mulheres apoiadas estariam sujeitas de suas histórias (XAVIER, 2019) e não objetos de estudo, evitando que o cuidado oferecido fosse ‘moeda de troca’ em nome da ciência. Optamos por estudar as intervenções, métodos e a rede de apoiadores.

Para detalhar os desafios encontrados no resgate do ubuntu nas práticas em saúde e educação proponho o método da “escrevivência” (EVARISTO, 2016), pois, experiências vividas, quando compartilhadas e transmitidas, se tornam “sabedoria coletiva de um ponto de vista de mulheres negras” (COLLINS, 2019: 410). É uma ferramenta metodológica na produção de conhecimento em ciências sociais e humanas. Desobediência epistêmica, uma opção

contracolonial, pois provoca “no interior da produção científica hegemônica, marcadamente branca e androcêntrica” um sinal da virada epistêmica (SOARES & MACHADO, 2017: 203).

A escrevivência expõe de modo profundo a realidade e o conhecimento de nós mulheres negras, pois a perspectiva é sempre multifacetada, o mundo externo apreende o que é visível, mas só meu corpo compreende os motivos que me moveram, não existe apenas uma verdade e sim múltiplas versões de um fato. A proposta é simultaneamente provocativa e desconfortável, assim, como minhas práticas sempre foram ao ensinar transgredir as amarras da profissão (HOOKS, 2020). Quando me questionavam por que eu realizava minhas intervenções de maneira singular, respondia sempre que tenho ‘liberdade poética’ em ‘ser quem Sou’, por vezes, realizando uma “educação que se movimenta como a maré” (MEYER, FELIX & VASCONCELOS, 2013), mas em direção à África, fazendo a *Sankofa*¹, pois da forma como eu ia me construindo como educadora, as práticas iam deslocando, bifurcando, confluindo, questionando verdades brancas.

O processo não foi linear, pelo contrário, aprendi na encruzilhada, no movimento, caminhos tortuosos. Mas, as ações de cuidado e educação apresentadas são “práticas sociais bem datadas” (MEYER, FELIX & VASCONCELOS, 2013: 859) e o tempo é um fator importante das análises. A discussão será dividida pelas etapas do projeto para definir quais vivências foram fundamentais para resgatar o sentido do *ubuntu*. Proponho ‘falar com coração’, assumir o lugar acientífico² que a academia me coloca, tendo os diários de campo e os relatórios anuais como fontes de informações e as memórias vivas talhadas no meu corpo.

Análise das Redes Sociais (ARS) ganhe notoriedade pelos estudos quantitativos, mas “isso não quer dizer que a ARS não possa ser utilizada em casos específicos, com viés mais qualitativo (RECUERO & ZARO, 2020: 37). Para ARS, os dados foram categorizados em Excel permitindo o cruzamento das informações e desenho da rede (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2000). A

¹ Resgatar a ancestralidade, olhando para o passado e ouvindo a sabedoria dos mais velhos, realizando a Sankofa. Para “caminhar para frente é preciso olhar para trás” (NASCIMENTO, 2001).

² Usar termos científicos e fazer estudos quantitativos eram estratégias para conseguir bolsas ou ter projetos aprovados por branco(as) que dizem o que é válido ou não receber fomento ou ser publicado. Grada Kilomba (2020: 51) afirma que quando brancos(as) falam é científico, quando falamos é acientífico. Dentro da hierarquia violenta que determina quem pode dizer o que é educação em saúde, uma das estratégias é criar os seguintes dualismos, para desqualificar nossas práticas: universal/específico; objetivo/subjetivo; neutro/pessoal; racional/emocional; imparcial/parcial; fatos/opiniões; conhecimento/experiências. O que encontro na academia não é uma verdade objetiva científica, mas “resultados de relações desiguais de poder” branco. O caminho de deslegitimar minhas teorias são falas como: “interessante, mas acientífico; interessante, mas subjetivo; interessante, mas pessoal, emocional, parcial (KILOMBA, 2020: 55).

matriz foi construída no software Unicet 6.109® para Windows com 46 x 46 (códigos da equipe), sendo atribuído 0 (ausência de interação) e 1 (existência de interação) e “0” nas células que pertencem ao mesmo nó. O desenho foi construído pelo NetDraw 2.29, mostrando os atores como nós, os vínculos como linhas e os fluxos (unidirecional, bidirecional) como setas. Por símbolos, atributos dos componentes das redes (gênero, filhos e tipo de vínculo).

Não deve ser mapeada apenas pela sua estrutura, pois uma rede social é “um conjunto de relações específicas (por exemplo, colaboração, apoio, aconselhamento, controle ou ainda influência) entre um conjunto finito de atores” (LAZEGA & HIGGENS, 2014: 8). Assim, a interpretação da rede construída pelo projeto e dos seus atores (nós) foi também qualitativa, a partir da minha percepção individual, de como cada ator foi se envolvendo, das relações construídas e das fragilidades.

3 - O território e (des)encontros.

O Morro Nova Cintra, localizado no litoral do Estado São Paulo, teve sua ocupação no início do século XVI pelo português João dos Passos, um dos integrantes da esquadra de Martim Afonso de Sousa, para plantação de cana-de-açúcar. O primeiro engenho do Brasil São Jorge dos Erasmos foi construído no sopé do Morro Nova Cintra devido à cachoeira e a lagoa que ofereciam condições extremamente propícias para o plantio. No século XIX, mais imigrantes portugueses açorianos e da Ilha da Madeira chegaram à região, batizando o local devido à semelhança topográfica com Sintra-Portugal e sendo responsáveis pela exportação de açúcar e origem da cachaça no Brasil (IPHAN, 2014).

A colonização portuguesa marca o estilo de algumas das habitações, casas de madeira nas encostas com recursos para insolação e ventos. Influencia a construção de uma capela católica em 1914 e, posteriormente, a instalação da paróquia. Todas as versões históricas apagam os corpos pretos que ali foram escravizados no engenho e posteriormente ocuparam a região pelo processo de mercadorização da água, com fim das bicas e chafarizes públicos (MURTHA; CASTRO & HELLER, 2015).

Em 2010, assim que fui concursada como docente na Universidade Federal de São Paulo – campus Baixada Santista, comecei a atuar na supervisão de estágio na Unidade Básica de Saúde

(UBS) da região, realizando atividades semanais corporais com um grupo com mulheres da terceira idade, visitas domiciliares (VDs), atividades de promoção em saúde com escolares e na praça, sempre acompanhada de graduandos de fisioterapia e, às vezes, dos cursos de educação física, nutrição, psicologia e enfermagem.

Aproximei do cotidiano das famílias, conhecendo suas casas, modos de viver e valores. A história oral transmitida pelos moradores mais velhos foi sendo registrada através de narrativas (benzedeira, raizeira, diácono, velha guarda do samba, curandeira, catequistas, portuguesas, ciganas, netas de escravizados), salvaguardando seus saberes e conhecendo múltiplas versões dos Morros. Em comum, narravam os grandes desastres socioambientais, vínculos emocionais e sociais que ainda os uniam, sentimento de pertencimento, fragilidade do sentido de comunidade entre os mais novos e a tristeza pela rápida mudança com a expansão imobiliária, mudando a bucólica região.

As senhoras me faziam sentir na minha terra, o único lugar de confiança e compartilhamento verdadeiro, enquanto vivia a solidão preta na academia. Com elas, meu corpo se fazia movimento, levando para as atividades semanais corporais a música e a dança negra. Quando engravidei em 2012 me apoiaram, o abraço coletivo para seguir após as violências obstétricas que sofri na perda gestacional e da raiva que sentia pela sobrecarga de trabalho desigual.

Em 2013, engravidei e, por medo de perder novamente, procurei um grupo de gestantes para compartilhar. Passei a refletir sobre como os serviços que eu conseguia pelo capital econômico eram inexistentes no território que eu atuava. No último trimestre de gestação, me inseri no movimento de parto humanizado, mas enquanto o feminismo branco lutava contra fechamento do hospital privado, às mulheres pretas que eu acompanhava estavam preocupadas se sofreriam violência obstétrica (CARDOSO & COCKELL, 2019) e como amamentariam seus filhos.

Na universidade e nos serviços, corpos negros eram quase inexistentes, enquanto as puérperas que demandavam o cuidado eram na sua maioria negras. Se olharmos para as estatísticas, a maioria dos trabalhadores informais e adolescentes grávidas é negra (IBGE, 2021). São inúmeras barreiras vivenciadas: ausência de licença maternidade, proibição da oferta de leite materno nas creches municipais, ausência de espaços no trabalho/escola para ordenha, atitudes excludentes de colegas e superiores, desconhecimento dos cuidadores de não

introduzir bicos artificiais, fragilidade das redes de apoio, tempo de deslocamento entre o trabalho/escola e o domicílio, retorno ao trabalho após quatro meses quando possuem licença maternidade e após três meses para a sala de aula.

Embora não tivessem a garantia dos direitos trabalhistas/previdenciários, estagiários do último ano chegavam aos territórios com discursos prontos, normativos, ensinando-as a viver, removendo suas identidades e condenando seus modos de vida. Reproduziam os que os profissionais dos serviços e professores faziam em suas práticas, subjugando-as e ditando regras de cuidado e comportamento, ignorando a relação do corpo-espço-território. A academia desconhece as trajetórias de vidas de mulheres negras, rejeitando “maternidades que não se enquadram nos critérios de uma leitura hegemônica de mundo”, reduzindo os afetos a “um sistema de normas que constrange possibilidades de criar novos e singulares modos de viver” (JORGE ET AL., 2022: 517).

Seguíamos sem o direito ao maternar, diante da “desresponsabilização do Estado e da sociedade quanto à formação de uma rede de apoio às mulheres” (JORGE ET AL., 2022: 515). No passado éramos amas de leite (CARULA, 2012) e o movimento higienista do século XIX, preocupados com os riscos da amamentação cruzada, afirmava que mulheres brancas deveriam amamentar seus próprios filhos, pois o aleitamento materno traria dupla vantagem: “em primeiro lugar, a qualidade do leite da mãe seria sempre melhor que a de qualquer outro. Em segundo lugar, garantia a qualidade moral do filho, dando-se sua transmissão pelo próprio alimento”. Para os homens da ciência da época, os riscos não eram biológicos, nem estavam preocupados com os corpos escravizados e com a violência de separar mãe e filho, mas sim que as amas de leite iriam infectar “moralmente” os lactantes (CARULA, 2012: 201).

O que a ciência desconhece é que nossos valores morais seguem sendo passados oralmente através da figura da “mãe preta”, ligada às formas carinhosas de tratar as pessoas, alimentação, cultura e formas de falar. Constituiu o “pretuguês”, que permitia que a cultura negra fosse transmitida pela mulher escravizada, verdadeira educadora. É ela “quem vai dar uma rasteira na raça dominante” (GONZALEZ, 1984:235), como mãe-preta e no papel de educadora em uma instituição de ensino, eu precisava honrar minhas ancestrais, fazer algo para minimizar as violências raciais diárias e conseguir ampliar as redes de apoio.

4 - O projeto

4.1 - Demanda, frentes e ações

A UBS não oferecia ações coletivas com as puérperas, existia uma demanda pontual, quase assistencialista, restrita a procura ativa daquelas com dificuldades de amamentação, normalmente encaminhadas tardiamente para o banco de leite. Não sou especialista em amamentação, mas em 2015 passei a ser referência no território porque senhoras contaram para suas netas gestantes que eu tinha conseguido ter parto normal e estava amamentando meu filho. Relatavam as dificuldades que vivenciei tanto fisiológicas, com inúmeros episódios de mastites, tanto sociais, devido à ausência de rede de apoio. Passei a compartilhar minhas vivências, o que sabia de manejo e ordenha, pensava individualmente com cada mulher caminhos para reduzir os danos por ela vivenciados.

A cada semana, aumentava o número de mulheres que me procurava. Eram poucas as alternativas de encaminhamento na RAS e as equipes de saúde tinham conhecimento superficial³. Sozinha não conseguiria apoiar e duas mulheres do território se colocaram à disposição para ser apoiadora. Em 2016, elaborei o projeto de extensão “Abrace seu mundo: estreitando vínculos parentais” para buscar fomento e fazer interconexões entre a comunidade, o serviço e a academia. Desejava resgatar o sentido ubuntu, com estratégias de acolhimento voltadas à escuta e técnicas de vínculo e educação em saúde, conforme descrito na Figura 1. Com o tempo, apareceram demandas de outros territórios/serviços, ampliando às frentes e apoios: mães dos morros (MM) UBS; mães universitárias (MU) – Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE); e mães servidoras municipais (MS) – apoio da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGES).

³ O município teve um banco de leite referência nacional, porém, em 2014 enfrentávamos um índice de mortalidade infantil 13,7 óbitos por mil nascidos vivos enquanto a média do estado era 11,46 (BRASIL, 2014a).

Tabela 1: proposta inicial do projeto de extensão aprovado em 2016.



Fonte: elaborada pelo autor baseado nos relatórios anuais do projeto de extensão. (2016–2021).

Os Encontros (EN) trimestrais de formação de multiplicadores sempre tiveram vagas equitativas para a comunidade, serviço e academia, com temas fixos (amamentação e técnicas ancestrais) e escolhidos pela comunidade. Espaços de compartilhamento e de escuta, dialógicos, obrigatório apenas para os extensionistas. A cada edição, um número maior de pessoas interessadas dos serviços e da comunidade, em média 28 pessoas.

As VDs eram realizadas pelos extensionistas, com ou sem as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), para falarmos das técnicas sling (BRASIL, 2011), ofurô (PERINI ET AL., 2014) e shantala (LEBOYER, BENATI & MARTINS, 2009), compartilhar estratégias e escuta. A dupla interdisciplinar realizava no mínimo duas visitas por cada família, retornando conforme a necessidade ou desejo da mãe. As técnicas nos aproximavam, sendo o apoio à amamentação realizado apenas quando desejado, pois, as VDs aconteciam mesmo quando o RN já recebia

fórmula infantil. Nunca existiu um questionário pronto nem protocolos. Cada binômio mãe-bebê é único e cada família traz questões singulares.

Ocupamos o território com as VDs e trouxemos para o espaço da universidade mães amamentando, recém-nascidos (RNs) circulando pelos corredores. No início, poucas puérperas apareciam, tanto pelos gastos e dificuldades para se deslocar, tanto pelo medo de não terem espaços para deixar os filhos. Era central mostrar que a universidade é para todas, que ações como trocadores e um espaço para RNs permitia incluir mães, pensar coletivamente o problema, ecoar vozes silenciadas e mostrar que existimos e resistimos.

Alternativas para nos aproximar de um número maior de puérperas, através: grupos de gestantes, espaços de vacinas, antessala das consultas médicas e agendamentos. O caminho mais potente foi o “boca a boca”, quando outra mãe já apoiada incentivava a procura. Começamos um banco de empréstimo de materiais voltados para a amamentação (bombas de extração, almofadas, vidros para armazenamento do leite, colheres dosadoras e copos) e slings. Os primeiros itens eram da minha gestação e outros foram doados pela consultora voluntária.

4.2 Uma rede viva (2016 a 2020): capilarizada e orgânica

O mapeamento da rede foi levantado através dos relatórios anuais e diários de campo. Foram incluídos todos os membros efetivos entre abril/2016 e março/2020. Foram excluídas das análises, as ações de apoio e formação realizadas na rotina dos serviços, palestrantes externos, curricularização (ações obrigatórias para a graduação), multiplicadores e mães/pais apoiados pelo projeto que passaram a realizar apoio a outras famílias. Tais exclusões são necessárias, pois, além da equipe formal, a proposta buscava o “efeito borboleta”, quando quem foi apoiado torna-se apoiador ou quando um multiplicador inicia ações independentes, não sendo possível a análise das redes informais.

Entre 2016 e 2020, 46 pessoas participaram diretamente das ações como equipe fixa, maioria mulheres (93,5%), destas, apenas oito se autodeclararam negras. Do total, quase a metade tinha filhos (47,8%). Na tabela 1, é possível observar características da equipe formal interna (universidade) e externa (prefeitura municipal ou território). Começa com o meu sonho de resgatar o que não tive (D1) e sem saber como começar, convidei docentes que dividiam o mesmo campo de estágio (D2, D3), uma consultora de sling (V1) e uma ACS nascida e criada no território (P1), educadora de formação e muito envolvida com a comunidade.

A sustentabilidade e a autonomia das frentes precisavam ser alcançadas, tendo como elo a coordenação (D1, T1) e extensionistas/ano, atuando em cada frente de maneira autônoma. Parte da equipe multiprofissional modificava anualmente, dependendo das demandas, decisões pactuadas coletivamente sobre as estratégias e devido à seleção dos bolsistas e voluntários do projeto. Será mantido o anonimato dos participantes, com exceção de D1, pois a escrevivência é em 1.º pessoa e todas as conexões se iniciam a partir das minhas encruzilhadas. A letra inicial representa o cargo/função do ator e o número foi atribuído pela sequência de formalização do vínculo no sistema eletrônico da instituição. Em agosto de 2016, foi selecionada a primeira equipe de extensionistas (V1 a V6) responsáveis pelas ações, elaboração dos materiais, EN e VDs.

As reuniões aconteciam por frentes e os EN tiveram mais de 300 inscritos, sendo espaços de compartilhamento entre as frentes, quando podíamos refletir sobre os avanços, desafios e planejar às próximas etapas. Nas capacitações (C) o conteúdo programático passava pela aprovação da câmera de extensão, com carga horária presencial mínima de 20 horas, certificando 472 pessoas para multiplicar o apoio e reduzir os índices de mortalidade infantil (COCKELL ET AL., 2021).

Na frente MM, foram apoiadas 92 famílias e 78 slings entregues para empréstimo no território. No caso da frente MU, foram realizadas duas rodas de conversa, doze atendimentos individuais por E10 e T2 e três orientações de trabalho final de curso. Na frente MS, 13 gestantes foram apoiadas e duas oficinas realizadas. Fizemos alguns chás comunitários no território, com lanche oferecido gratuitamente por um Buffet, fotos profissionais por uma voluntária e doação de enxoval novo de lojas ou em bom estado por família da região. Conversávamos sobre as dificuldades na maternidade e tentávamos iniciar a construção de vínculo entre as gestantes da comunidade e delas com o projeto.

O projeto era um interlocutor, oficializando para a instituição demandas das mães, buscando alternativas para a permanência estudantil da mãe universitária. A presença de bolsistas mães reverberou na construção de vínculo com as mulheres do território, pois trazia compartilhamento e pertencimento. As capacitações permitiram levar para a RAS e ACS a importância das técnicas ancestrais, os desafios coletivos para apoiar amamentação e, principalmente, capilarizar o cuidado em saúde integral no contexto étnico-racial

Os debates ocorridos foram levados para espaços de poder na secretaria de saúde, no conselho tutelar, na secretaria de educação e na câmara de vereadores. Tivemos apoio de lideranças comunitárias e religiosas e passamos a fazer parte do planejamento anual.

Tabela 1. Frentes e ações do projeto 2016-2020 (n = 46).

Participantes	Formação	Ações realizadas	Período
D1	Fisioterapia	MM, MU, MS, EN, C, CC	2016-20
D2	Fisioterapia	MM, EM	2016-20
D3	Ed. Física	MM	2016
D4	Fisioterapia	CC	2018-19
D5	Serviço Social	CC	2019
T1	Fisioterapia	MM, MU, MS, EN, C	2017-20
T2	Enfermagem	MU, EN, C.	2017-20
T3	Nutrição	MU, EN, C.	2018-20
E1	Fisioterapia ^ε	MM, MU, EN, C	2016-20
E2	Psicologia ^ε	MM	2016
E3	Psicologia ^ε	MM, EM	2016-17
E4	Psicologia ^ε	MM, EM	2016-17
E5	Terap.Ocupacional ^ε	MM	2016-17
E6	Fisioterapia ^ε	MM, EM	2016-17
E7	Fisioterapia ^ε	MM, MU, MS, EN, C, CC	2017-20
E8	Psicologia ^ε	MM	2017
E9	Serviço Social ^ε	MM	2017
E10	Fisioterapia ^ε	MM, MU, MS, EN, C, CC	2018-20
E11	Ed. Física ^ε	MM, MU, EM	2018
E12	Fisioterapia ^ε	MM	2018
E13	Fisioterapia ^ε	CC	2018
E14	Psicologia ^ε	MM, MU, MS, EN, C	2019-20
E15	Psicologia ^ε	MM, MS, EN, C	2019
E16	Terap. Ocupacional ^ε	MM, MS, EM	2019
E17	Nutricionista ^ε	MM, EM	2019
E18	Serviço Social ^ε	MU, EM	2019-20
E19	Fisioterapia ^ε	EN, CC	2019
E20	Fisioterapia ^ε	MM, MU, MS, EM	2019-20
P1	ACS/Pedagoga	MM	2016-20
P2	Téc de Enfermagem	MM, EM	2017-20
P3	Téc de Enfermagem	MM	2017
P4	Enfermeira	MM, EM	2018-20
P5	Farmacêutica	MM, EN, C	2018-20
P6	Nutricionista	MM, EM	2018-19
P7	Enfermeira	MM, EM	2019-20
P8	Psicóloga	MM, MU, MS, EN, C	2017-20

P9	Psicóloga	MS, EM	2019-20
P10	Psicóloga	MS, EM	2019-20
P11	Enfermeira	MS, EM	2019-20
P12	Biomédica	MM	2020-20
V1	Consultora <i>Sling</i>	EM	2016-20
V2	Ensino médio	MM, EM	2017
V3	Dentista	MM, MS, EM	2019
V4	Dentista	EM	2019
V5	Dentista	C	2020
V6	Fisioterapeuta	MU, MM	2020

Fonte: Relatórios anuais do projeto

Legenda: D: Docente, E: Estudante, T: Técnicas Administrativas, P: Servidores da Prefeitura, V: Voluntários.

MM: Mães do Morro, MU: Mães Universitárias, MS: Mães Servidoras, EN: Encontros, C: Capacitação, CC:

Curricularização. € graduandos

Os impactos das ações não são apenas numéricos. Por exemplo, mães apoiadas se tornaram pesquisadoras de iniciação científica ou realizaram trabalho de conclusão de curso, passaram a receber bolsas como pesquisadoras. Multiplicadores fizeram mestrado com a temática, trazendo a questão para academia e devolvendo para os serviços em ações.

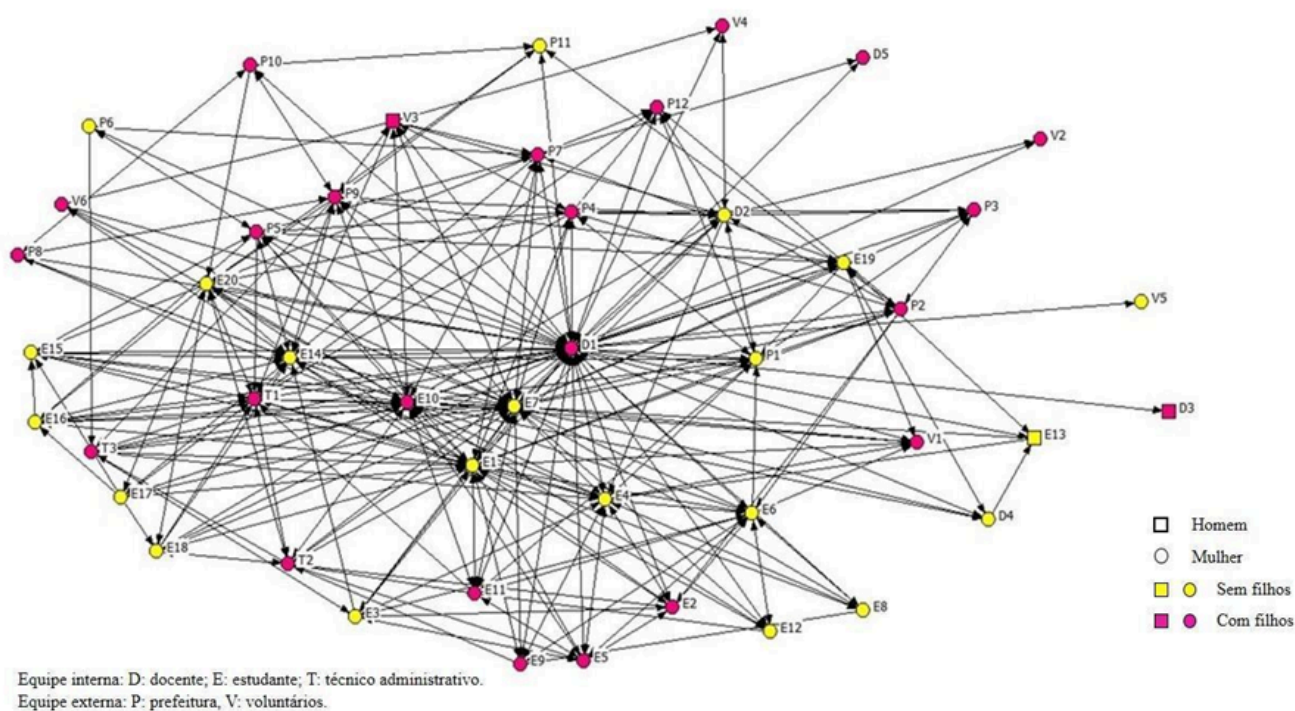
A matriz apresentada na Figura 2 representar a rede do projeto “Abrace seu mundo: estreitando vínculos parentais”. O tempo do ator (‘nós’) contribui com a longitudinalidade das ações: E1, P1 e V1 permaneceram no projeto desde início, facilitando as mudanças da equipe e no resgate da memória viva das ações. Duas extensionistas foram convidadas a permanecer, tornando palestrantes nas capacitações externas e assumindo cargos: coordenação dos extensionistas (E7) e apoio do NAE (E10). Na equipe, P8 se articula com todas as frentes por estar no serviço de saúde responsável pelos casos de alto risco no município e P5 aproximou o projeto de outros territórios, do Grupo de Trabalho (GT) de aleitamento do município e da capacitação dos ACS.

Era perceptível a diferença entre os objetivos de permanecer no projeto, de acordo com raça, gênero, classe e se tinham ou não filhos. As pessoas que tinham filhos eram mais envolvidas e longevas, poucos homens se fizeram presentes, mostrando o cuidado como responsabilidade ainda feminina. Quem pediu para fazer parte do projeto tinha maior envolvimento de quem foi convidado. O número reduzido de mulheres negras (6,5%) refletia a

nossa exclusão nos serviços e academia, mas todas tinham experiências anteriores com as técnicas e permaneceram juntas quando a emergência sanitária começou.

A figura 2 permite vislumbrar ainda as conexões entre cada um dos atores, por gênero e parentalidade. Quanto mais laços diretos, maior a centralidade do ator. Alguns atores ou ‘Nós’ geram sozinho impactos transformadores, como P7 que inseriu na consulta de enfermagem do RN as técnicas de vínculos parentais. Dos 27 RNs acompanhados no primeiro mês de vida, 81,5% permaneceram em AME, acima do preconizado pela OMS (BARBOSA, 2019).

Figura 2: Rede de relações da equipe executora (2016-2020)



Fonte: equipe formalizada nos relatórios anuais do projeto (NetDraw 2.29)

As decisões eram acordadas e deliberadas pela equipe em reuniões semestrais de planejamento ou por frente através de grupos de WhatsApp. Algumas decisões foram tomadas embasadas cientificamente e pedagogicamente exclusivamente por mim (D1), mas, sempre que algo demandava ser deliberado, primeiro era feita a consulta a vice-coordenação (T1) e aos

responsáveis por cada frente (P4, T2, P8, E7 e P5), em seguida, reuniões coletivas eram realizadas.

Conforme figura 2, cada uma das frentes atuou de maneira independente. A gestão era realizada por subgrupos coesivos, um subconjunto de atores que se relacionavam mais fortemente dependendo do serviço que atuavam, permitindo maior eficiência e maior capilaridade das ações, com pessoas centrais por frente: MM (P4); MU (T2); MS (P8); EN(E7); capacitações (P5); curricularização (D4; D5), mas todas as frentes acabavam sendo interligadas na coordenação (D1; T1). Por isso, a densidade da rede, calculada através da divisão entre o número de relações existentes ($n=433$), com o número de relações possíveis ($n=4032$), é de apenas 10,7% de densidade (BORGATTI, EVERET & FREEMAN, 2000)

4.3 A sindemia: 2020-22

A rede foi sendo ampliada, mas sua capilaridade e potência ruíram com a emergência sanitária por COVID-19. A sindemia não foi uma pandemia, era evidente que a ação conjunta de duas ou mais doenças com problemas socioeconômicos geravam piora generalizada da situação de uma população, se entrecruzando (HORTON, 2020; BISPO JÚNIOR E SANTOS, 2021). Mudou a trajetória, o curso e o caminhar coletivo, aumentou o abismo entre a academia e a sociedade. Embora acreditasse que era fundamental planejamento, métodos e princípios norteadores para o sucesso do projeto, a sindemia comprovou que o vínculo formal não significa compartilhar dos mesmos valores ou realmente ser uma rede de apoio.

De repente, “nós vimos cerceados do ir e vir, premidos pela necessidade – clara e justificada – de ficarmos em casa, de reinventarmos nossas formas de trabalhar, interagir, e, em relação à atuação na/da Extensão” (FELLIPE, 2020: 13). Atores engajados que compartilham da mesma filosofia foram ‘nós’ importantes para a continuidade das ações e proteção dos valores quando o município e a universidade determinaram a interrupção das atividades presenciais. Araújo, Souza e Silva (2022: 1335), ao estudarem o “Movimento de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo do Estado”, explicam que o *ubuntu* “parte do reconhecimento da humanidade de si e do outro, e se efetiva através do exercício da solidariedade política, como garantia de sobrevivência frente à escassez de apoio estatal”. Em um momento de emergência sanitária, a sobrevivência dependeria de como os atores envolvidos responderiam.

As ações foram reformuladas rapidamente. Incluímos recursos digitais, permitindo que algumas mães pudessem entrar em contato com a equipe quando tivessem dificuldades e a estratégia de acompanhá-las em grupos do whatsapp. Porém, muitas não tinham número de telefone fixo e internet era um privilégio. Exclusão digital não poderia nos afastar das mães mais vulnerabilizadas pois, amamentação é uma demanda de saúde emergencial. A equipe manteve, quando necessário, o manejo e as VDs, realizadas na porta externa do domicílio e com protocolos de proteção.

A insegurança alimentar/nutricional das famílias chefiadas por mulheres tornou-se um problema escalonado no território, não sendo possível avançarmos no apoio ao aleitamento, ignorando que mais da metade dos lares brasileiros (55,2%) no final de 2020, 116,8 milhões de pessoas conviviam com algum grau de insegurança alimentar e 9% estavam passando fome (VIGISAN, 2022).

Não foi um processo tranquilo, pois não dava mais para seguirmos juntos da forma como éramos. O primeiro momento de reflexão foi à morte rápida e trágica de uma das mães do projeto, por câncer, deixando três filhos pequenos. Enfermeira, referência no maternar e na transformação diária que causava no serviço. Era perceptível que os discursos e frases de fé por mensagem escrita não correspondiam com a prática. Comecei a me questionar se realmente éramos uma rede de apoio, nem a comunidade era vista como semelhante, nem mesmo a equipe era uma rede de apoio entre si, trazendo um sofrimento mental pessoal de como seguir e caminhar juntos, com quem deveríamos continuar e se realmente é possível compartilhar a filosofia africana e a ética ubuntu em uma sociedade racista e individualista como a nossa?

No final de 2020, tive a certeza de que era preciso refazer a rede e buscar financiamento para reduzir os danos causados pela sindemia. Procuramos vereadores do município, inscrevi o projeto em editais nacionais abertos, fizemos reuniões com o GT e com a coordenação da UBS. Tal movimento permitiu que o projeto fosse contemplado no “edital para primeira infância no contexto da Covid-19” do Fundo Baobá de equidade racial e conseguimos verba parlamentar para a UBS.

Não dava para seguirmos juntos como éramos, mas não poderíamos simplesmente romper com os vínculos institucionais sem justificativa. Astutamente, chamamos uma reunião convidando a todos e cada um deveria ler o projeto do edital e indicar por escrito ou na ata da reunião quais ações entre novembro de 2020 a fevereiro de 2021 poderiam contribuir (Tabela

2). Caso estivessem impedidos de participar que trouxessem para o coletivo a questão da ausência. Aqueles que já estavam distantes, mas ainda vinculados formalmente se silenciaram e nem se justificaram.

Além da coordenação (D1, T1), permaneceram formalmente vinculados duas servidoras da universidade (T2, T3), cinco servidoras da rede de atenção básica (P1, P2, P4, P5, P12), três ex-extensionsitas (E1, E10, E18) e uma voluntária da comunidade (V1), destas apenas três não tinham filhos e seis se autodeclaravam negras, responsáveis por realizar as ações com apoio do Baobá.

Tabela 2: ações realizadas com apoio do Fundo Baobá (Nov 2020 a jan 21)

Frentes	Beneficiários	Atividades	Descrição
MM	25 gestantes	Acolher	Acolhimento: consulta do pré-natal ^P Grupo coletivo ^V Contato individual caso a caso ^P
		Tecendo apoios	Escuta, rastreamento de dificuldades, encaminhamentos e orientação ^P Entrega dos Kits ^P
UM	15 mães e 2 pais; 16 crianças entre 1 a 6 anos	Rodas de conversa	Demandas; incentivar o coletivo; elaborar o manual da estudante universitária ^V .
		Oficinas de vínculos parentais; Brincadeiras ^E	Contação de histórias; Musicalidade; Jogos Infantis Africanos e Afro-brasileiros; Shantala e ofurô ^E ; Toque compaixão ^V .
		Reconexão e cuidar-te	Autocuidado; Movimento-se ^V .
		Colhendo abraços	Entrega quinzenal de cestas de alimentos <i>in natura</i> orgânicos. 02 Famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional ^P .
10° EM	30 mulheres	‘Nós na rede, nós por nós’	Chá comunitário com o tema aleitamento materno e entrega enxoval e sorteio ^V .

Fonte: relatório de prestação para fundo Baobá

Legenda:^Ekits com materiais pedagógicos (lápiz tons de pele, tesouras sem ponta, cola, papéis coloridos).

^EEmpréstimo mochilas evolutivas, balde de ofurô e *sling*. ^PPresencial ^VVirtual.

Uma rede de treze mulheres, ampliada com a seleção de duas extensionistas, uma responsável pelas mídias sociais e, outra, com saberes em dança e corpo negro para tecnologias

remotas de cuidado. Convidamos uma pós-graduanda e uma egressa para apoiar pontualmente. Focamos as ações para MM, MU e realização do 10º EN, desta vez no formato live no facebook, com chá comunitário e compra de materiais, conforme detalhado na Tabela 2. A frente MS foi interrompida pois, todos os multiplicadores estavam em trabalho remoto e não apresentaram propostas de continuidade, se fazendo ausentes desde início da pandemia.

No final do edital, em janeiro de 2021, vivemos o segundo luto. A técnica de enfermagem, umas das treze mulheres, o elo diário entre o projeto e MM, morre em decorrência do vírus SARS-Cov-2, no dia que o município iniciaria as imunizações, deixando um filho, um vazio enorme e a certeza dos impactos desiguais da pandemia.

A equipe da unidade (P1, P4, P12), talvez para lidar com o luto⁴, ou para se fazer movimento, começou ações de economia solidária voltadas para mulheres mães da região, com apoio do projeto para conseguir recursos. Os cursos aconteciam na própria unidade, com formação para produção de velas, essências, artesanatos, cursos de design de sobrancelhas e maquiagem. O banco de empréstimo, antes restrito a amamentação, passou a contar com equipamentos/insumos para auferirem renda com artesanato. Recebemos slings confeccionados pela própria prefeitura e compramos outros com a verba do Baobá. Era uma inovação social, pois permitia reduzir as iniquidades, fazendo com que os materiais circulassem para a comunidade e pudesse ser gerido nas comunidades, responsabilizando-as pela manutenção e retorno. Passa a fazer parte da política pública de saúde do município de Santos (PREFEITURA DE SANTOS, 2021)

No final de 2021, tenho meu primeiro afastamento para tratamento de saúde após onze anos na instituição. As ações nos serviços permanecem, mas as práticas pedagógicas e orientações foram abruptamente interrompidas. Ser educadora negra é olhar para o corpo de uma maneira singular e saber que a educação traz também a “paixão da experiência”, pois existe um “conhecimento particular que vem do sofrimento. É um modo de conhecer que muitas vezes se expressa por meio do corpo, o que ele conhece, o que foi profundamente escrito nele pela experiência” (HOOKS, 2020: 124). Em janeiro de 2022, afasto para tratamento de saúde. Preciso retornar para perto da minha família, tenho minha irmã o afeto necessário para seguir, formas para re-existir no espaço acadêmico, pois:

processos curativos precisam ser processos coletivos, e operarem como agente de mudança coletiva ao confrontar a sociedade patriarcal. A despeito das dinâmicas

históricas próprias da colonialidade empurrarem a mulher negra para o lugar do sofrimento, este não as resume. Ao contrário, a agência da mulher negra se faz presente nos diversificados espaços sociais e desafia cotidianamente o perverso enredo que opera no esforço de sua des-sujeição (BARBOSA, OLIVEIRA & CORRÊA, 2023: 2474).

Durante meu tratamento, T1 permaneceu na coordenação, recebendo um prêmio do município pelos serviços prestados e a equipe do serviço de saúde seguiu atuante. Em 2033, com a minha remoção por saúde para outra instituição de ensino, o projeto é formalmente finalizado e somente o tempo poderá nos mostrar os desdobramentos e como a rede se capilarizou

5 - Discussão

O projeto nasce de um grito de re-existência, por não aceitar mais “que você me colonialize, é o meu defender” (SANTOS, 2023: 36) diante da visão eurocêntrica hegemônica moderna perpetuada pelos profissionais da RAS, professores e graduandos de saúde. Seus discursos violentam mulheres à margem dos direitos humanos em territórios urbanos⁴, mostrando os impactos do racismo estrutural na saúde e nos corpos negros (BARBOSA, OLIVEIRA & CORRÊA, 2023).

Não só meu corpo foi marcado pelas trajetórias no ensino-serviço-universidade, mas inúmeros corpos vivem cotidianamente o racismo e pelo projeto puderam vivenciar o modo de viver o ubuntu, pois, ao trazer para educação em saúde o pensar coletivo, foram ofertadas outras formas de cuidar, capazes de compreender o poder do corpo-território, a importância de práticas de saúde racializadas e a centralidade das redes de apoio diante da (in)ação do Estado.

As ações prescritivas assistencialistas na saúde permanecem distantes das vivências cotidianas do território, apesar da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Tais conteúdos são irrisórios no campus, ignorando o preconizado pela Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), mesmo nos eixos de humanidades e trabalho em saúde que ainda tentavam romper com o modelo biomédico. A entrada tardia de 50% de estudantes por cotas raciais e sociais, para atender a lei 12.711/2012, começa a modificar o perfil discente e

⁴ Especificidades dos contextos vividos por adolescentes em fase escolar, mães universitárias, mães dependentes químicas e mães trabalhadoras com ou sem vínculo formal de trabalho, mães sem redes de apoio ou com redes frágeis.

questionar o status quo (BRASIL, 2012). Infelizmente a lei 12.990/2014, que garantiria vagas reservadas a candidatos negros no ato da inscrição no concurso público para docentes, não é cumprida (BRASIL, 2014b)⁵ e não tinha mais saúde para seguir sozinha diante do racismo institucional e das violências diárias.

Embora buscasse ensinar a transgredir (HOOKS, 2020), por anos, nenhum registro escrito mencionava a origem das técnicas, nem o sentido de viver o ubuntu. Utilizei no projeto original apenas os termos difundidos nas revistas científicas, na tentativa de ser aprovada pelos pares nos editais de bolsa⁶ e de conseguir envolver os docentes. Acreditava ter sabedoria para agir astutamente no espaço acadêmico, contudo meu adoecimento me mostrou o contrário. Neguei minha essência (ou me camuflei) e confesso que fiz essa escolha em vários momentos da minha trajetória, interpretando práticas insurgentes considerando conceitos eurocêntricos, diante das minhas contradições entre a “mente” (conhecimento colonial, acadêmico) e o “imaginário” (meu ser como preta, mãe, educadora, profissional de saúde).

Com o início das ações afirmativas na instituição, modifiquei gradativamente o projeto escrito, trazendo autores negros, compreendendo o lugar que ocupava de referência e de ruptura epistêmica. Passei a falar sobre a saúde da população negra, ancestralidade, justiça social⁷ e como as capulanas africanas eram utilizadas para carregar (muthete) e embalar as crianças (ASSUNÇÃO, 2023). Não são apenas técnicas parentais que podem ser reproduzidas⁸, mas formas de viver, de reciprocidade, de interagir em sociedade, nossa ancestralidade.

Trazer o sentido ubuntu e a co-responsabilização de todos para o cuidado em saúde e para educação, é valorizar o conhecimento do território e potencializar a força do coletivo,

⁵ Em 2021, já adoecida, decidi participar ativamente da construção da resolução e da política de igualdade étnico-racial, prevenção e combate ao racismo na instituição que eu lecionava. Encontrei no processo de construção outras mulheres pretas, servidoras docentes e técnicas administrativas de outros campi, igualmente adoecidas pelo racismo, esgotadas e isoladas. Estamos distantes de reconstruir um quilombo a partir da relação simétrica entre instituição-serviços-comunidade, pois, conforme afirmei inúmeras vezes nas reuniões com a reitoria seguíamos na academia sendo “branco selecionando branco, dizendo o que é ciência”. Assim, a universidade segue mantendo o racismo institucional, para que a estrutura pouco ou nada se modifica.

⁶ O apoio financeiro foram bolsas de extensão no valor de R\$400,00: 2017 (3), 2018 (2), 2019 (2), 2020 (1), progressivamente reduzidas em quantidade e tempo, tanto pelo precarização do ensino público como pelos pareceres contrários dos avaliadores à medida que mudávamos a escrita do projeto.

⁷ Ngoenha (2006) e Gomane (2019) afirmam que o conceito de Ubuntu (justiça restaurativa) oferece uma alternativa à justiça global, através do reconhecimento de uma humanidade igual em dignidade, contribuindo para o debate de justiça política.

⁸ Em duas situações, professoras tentaram levar o projeto para outros serviços, mas queriam apenas que as técnicas fossem ensinadas, desvinculando o sentido de rede e afirmando que “raça é apenas um dos marcadores de saúde”. Mesmo quando expliquei a filosofia Ubuntu e como o projeto tinha uma perspectiva contracolonial, voltaram para o discurso “somos todas mulheres” e não deveríamos falar de raça nos serviços para não causar constrangimento entre às mães e a equipe.

resultando em “revoluções invisíveis por uma vida vivível”, centrais para redes de cuidado (CAPASSO, GUERRA & KIELING, 2021:104).

A crise sanitária “ao mesmo tempo que potencializou sofrimentos, gestou respostas de dimensões inéditas entre movimentos, coletivos, comunidades e outras organizações sociais” (CAPASSO, GUERRA & KIELING, 2021: 16). Estar conectado, não significa necessariamente pertencer, se envolver, querer contribuir coletivamente para um mesmo objetivo. Torna-se evidente que os princípios do projeto não eram vividos por todos, muitos que se envolveram desejavam trocar e não compartilhar, pois:

a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende (SANTOS, 2023: 21).

A cooperação é um modo de viver, não somente em situações de dor ou violência, mas nas trajetórias, no cotidiano. Ubuntu significa que eu me afeto quando meus semelhantes são oprimidos, que precisamos um dos outros para a humanidade compartilhada, uma categoria filosófica que se “traduz na experiência comunitária do ‘nós’ a qual compartilha a existência com todas as outras existências” (SARAIVA, 2019: 100). Para compartilhar é preciso pertencimento, como nos ensinou Nêgo Bispo. Acredito que fui “compartilhante” (SANTOS, 2023: 21) porque me abri para os compartilhamentos que lá já existiam. O fato de ter sido acolhida pelas mais velhas e pelos profissionais de saúde que ali já compartilhavam saberes, fazeres e quererres facilitou a aproximação e a ruptura de qualquer hierarquia com as puérperas e com os multiplicadores. Não nasci naquele território, minha relação de pertencimento vinha da minha ancestralidade.

O isolamento social e o trabalho remoto contribuíram para que parte da equipe do projeto rompesse imediatamente qualquer vínculo com o território. Não estávamos no mesmo barco, pois os servidores tinham o direito ao isolamento social, os profissionais da saúde estavam na linha de frente e mães que antes dependiam da economia informal para sua subsistência tinham que buscar alternativas coletivas para combater à fome e trabalhar. Sabemos que o isolamento social não foi possível para muitas e a falta de creches e escolas levou ao desemprego, interrupção dos estudos, sobrecarga de trabalho para mulheres e redução drástica da renda.

Ubuntu fala da importância da aliança, do relacionamento com as pessoas e da tolerância. Apesar de numericamente o projeto ter progressivamente aumentando até 2020, a síndrome escancarou o individualismo de parte dos envolvidos por interesses pessoais, manutenção do capital social ou pontuação para progressão na carreira, demonstrando que a “ética é primeiramente particular e depois comunitária/social” (GOMANE, 2019: 86). Como afirma Saraiva (2019), para compreender o Ubuntu como uma filosofia do entendimento de humanidade e do cuidado mútuo, é necessário perceber que a comunidade é sempre anterior ao “EU” ocidental e ter ciência que:

para que o os seres existam na/em comunidade há sempre uma anterioridade lógica, histórica e ontológica que compõem os seres. Em outras palavras, a comunidade é sempre anterior ao “Eu” Ocidental, de tal maneira que conseguimos repensar as relações de existência e coexistência dos seres humanos para com a comunidade (SARAIVA, 2019: 99).

Em contraponto, aquelas que permaneceram mostraram que é possível construir estratégias coletivas com a comunidade e com os serviços, compreender seus valores, resistências e filosofias. Ser ativo nas ideias assumidamente coletivas é um dos caminhos capazes de minar as estruturas coloniais. O colonialismo das profissões em saúde faz com que o Outro seja visto como objeto de cuidado e de troca, como um corpo passivo, que por condescendência será cuidado, ignorando que somos Sujeitos⁹ corporificados de resistências.

É contraditório fazer parte de um projeto baseado na ética ubuntu e se manter apático à terminalidade da vida de outra mulher ou a vulnerabilização das mães do território agravada pela síndrome. Uma premissa necessária para ser rede de apoio seria o imperativo de compartilhar e não de trocar. Não se trata de ajudar para se sentir bem consigo mesmo. Ninguém é completamente indiferente à felicidade ou a miséria dos Outros (BLOOM, 2017), mas quando discutimos sobre como a ética ubuntu na oferta de práticas de educação horizontais em saúde é preciso compreender o limite da formação humanizada, quando se espera que o profissional seja empata, se não há pertencimento, nem reconhecimento do Outro como semelhante. Sabemos que a empatia se refere à estética, e não a ética propriamente dita (BLOOM, 2017), portanto, existem distorções no impulso do homem de projeção ou

⁹ Em inglês termo Sujeito não tem gênero, mas sua tradução em português é reduzida ao gênero masculino, “o que significa uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro” (KILOMBA, 2020: 15).

identificação com a dor do Outro, fazendo com que a empatia por quem lhe é distante não seja natural.

Nossos corpos pretos seguem invisíveis na saúde e na educação, pois “não são práticas neutras, e sim situadas, encarnadas e performadas cotidianamente de maneira diferenciada, a depender do lugar que os sujeitos ocupam no enredo social, colonial e racialmente demarcado” (BARBOSA, OLIVEIRA & CORRÊA, 2023: 2470)

Aquelas que permaneceram como rede de apoio, muitas negras, sabiam que “somos feitas de outras invisíveis, valorizando a importância do apoio e do nós (COCKELL & DA SILVA, 2023). Somos invisíveis, junto a invisíveis e com forças invisíveis tecemos nosso caminho” (CAPASSO, GUERRA & KIELING, 2021: 14). Foi desafiador resgatar o sentido de cuidado coletivo na formação acadêmica, em espaços de formação majoritariamente brancos. As ações ainda permanecem nos serviços e nos territórios, demonstrando a potência da formação de multiplicadores e do saber circular. O município conta com o “disk amamentação”, uma estratégia emergencial na época da pandemia, idealizado pelo GT, atualmente parte da política de saúde (PREFEITURA DE SANTOS, 2023). Permanecem “saberes e práticas invisíveis das comunidades, e em particular das mulheres, que como ‘tecido invisível e subterrâneo’, como raízes tecidas no subsolo, são as que sustentam as árvores da vida apesar das necropolíticas que procuram destruí-las” (CAPASSO, GUERRA & KIELING, 2021: 106).

O que não sabia quando idealizei o projeto é que também estava sendo apoiada, busquei uma aldeia para criar meu filho e recebi múltiplas experiências de maternar. Sempre que uma mãe agradecia, era incentivada a fazer o mesmo por outra família, pois assim começamos uma transformação. Uma rede de apoio iniciada artificialmente tornou-se sistêmica, seguindo sua trajetória no cosmos. Conheci suas sabedorias ancestrais de cuidar, suas lutas e formas de Bem Viver.

6 - Considerações Finais

Trazer para a educação em saúdes práticas pautadas no viver ubuntu permite pensar o corpo e o cuidado coletivo de mulheres, o saber circular, a educação continuada de acadêmicos e profissionais da RAS a partir da comunidade, invertendo o fluxo de conhecimento. No entanto,

são diversas as contradições de aproximar o ubuntu do contexto acadêmico e profissional marcado pelo colonialismo e epistemicídio de saberes. Em territórios urbanos há ainda o desafio de resgatar o sentido de comunidade e pensar estratégias para fortalecer a existência humana coletiva.

O contexto de emergência sanitária como a COVID-19 evidenciou a confluência de valores de uns e o individualismo de outros. O caminho para aprofundar o debate sobre saúde e território requer, portanto, transgredir os limites (ou caixas) que as profissões de saúde insistem em construir, apagando sistematicamente o sentido do ubuntu, um corpo-território contra colonial.

Para superar esses desafios, é preciso que a formação acadêmica e as práticas de educação em saúde sejam repensadas, de modo a valorizar o pertencimento e o reconhecimento do Outro. Isso requer a descolonização dos currículos e das práticas pedagógicas, a fim de promover justiça social, formando profissionais preparados para compartilhar com a comunidade, respeitando suas tradições, saberes e viveres.

Fontes:

COCKELL, Fernanda Flávia (2015-2020). Diários de campo: escrituras de uma educadora. RELATÓRIO anual do Projeto “Abrace seu mundo: estreitando vínculos parentais” (2016-2020). Câmara de extensão da Universidade Federal de São Paulo.
RELATÓRIO “Abrace seu mundo”. Edital 1ª infância. Fundo de equidade Racial Baobá (2021).

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Verônica Souza de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA & Vera Lucia Marques da (2022). “Eles vão certeiros nos nossos filhos”: adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, *Brasil. Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, pp. 1327-1336. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n4/1327-1336/pt/>>. Acesso em: 27 out. 2023.

ASSUNÇÃO, Helena Santos (2023). Dar a ver o indizível: as capulanas no norte de Moçambique. *Revista de Antropologia*, vol. 66, pp. e188052.

BARBOSA, Ana Cláudia; OLIVEIRA, Roberta Gondim de & CORRÊA, Roseane Maria (2023). Cuidado em Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas, *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 28, n. 9, pp. 2469-77. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/PggGjVJLQTDGNTxs7MsPD9L/>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

- BARBOSA, Graziella Cristina Silva (2019). Consulta de enfermagem ao recém-nascido: foco no incentivo e apoio ao aleitamento materno. In: *III Encontro dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família da Região Metropolitana da Baixada Santista*. Santos-São Paulo.
- BISPO JÚNIOR, José Patrício & SANTOS, Djanilson Barbosa dos (2021). COVID-19 como síndrome: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 37, pp. e00119021. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2021.v37n10/e00119021/>>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- BLOOM, Paul (2017). *Against empathy: The case for rational compassion*. Nova Iorque: Random House.
- BORGATTI, Stephen; EVERETT, Martin & FREEMAN, Linton (2002). Ucinet for Windows: Software for social network analysis. Harvard, MA: *analytic technologies*, vol. 6, pp. 12-15.
- BRASIL (2003). *Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- BRASIL (2011). *Ministério da Saúde. Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso: Método Canguru*. 2. ed. Brasília; MS.
- BRASIL (2012). *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília.
- BRASIL (2014a). *Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santos/pesquisa/39/30279?ano=2014&localidade1=355030>>.
- BRASIL (2014b). *Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014*. Diário da União, Poder Executivo, Brasília.
- BRASIL (2019). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: antropometria e consumo alimentar domiciliar: resultados nacionais*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- CAPASSO, Raissa, GUERRA, Débora Del, KIELING, Gabriel (2021). *Redes de cuidado: revoluções invisíveis por uma vida vivível*. São Paulo: Fundação Rosa LUXEMBURGO.
- CARDOSO, Edilaine Marcio; COCKELL, Fernanda Flávia (2019). Atenção à saúde da mulher negra no ciclo gravídico puerperal: percepções em primeira pessoa. *Cadernos de gênero e tecnologia*, vol. 12, n. 40, pp. 111-131. Disponível em: <<https://periodicos.utfrpr.edu.br/cgt/article/view/9485>>. Acesso em: 05 de maio de 2024.
- CARULA, Karoline (2012). Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 19, pp. 197-214. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/M9cKVkNpTSPWr9JGQKT5S5D/>>. Acesso em: 22 dez. 2023.
- CAVALCANTE, Kellison Lima (2020). Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. *Revista Semiárido De Visu*, vol. 8, n. 2, pp. 184-192.
- COCKELL; Fernanda Flávia; ALVES, Aline Bernardes; MORAIS, Kesia Damascena Winter De Moraes; OSTOLIN, Thatiane Lopes Valentim Di Paschoale (2021). Cuidado integral a puérperas a partir das ações do projeto Abrace seu mundo. In: PINTO, Juliana Martins; WASH, Isabel Aparecida Porcatti; COELHO, Vitória Helena Maciel. (Org.). *Fisioterapia, família, comunidade e políticas de saúde: experiências, desafios e perspectivas*. Curitiba-PR: Editora Bagai, vol. 1, pp. 67-85.

- COCKELL, Fernanda; DA SILVA, Deborah Aparecida Inocência Alves (2023). Práticas Ancestrais de Cuidado à Puérpera: Redes de apoio, percepções e vivências de mulheres negras. *Áskesis*, vol. 12, n. 1, pp. 117-142.
- COLLINS, Patricia Hill (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo editorial.
- CONSCIÊNCIA NEGRA: A SABEDORIA ANCESTRAL GUARDADA EM PROVÉRBIOS AFRICANOS. Disponível em: <A Gazeta | Consciência Negra: a sabedoria ancestral guardada em provérbios africanos>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- DJU, Antônio Oliveira & MURARO, Darcísio Natal (2022). Ubuntu como modo de vida: contribuição da filosofia africana para pensar a democracia. *Trans/Form/Ação*, vol. 45, n. spe, pp. 239-264. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/trans/a/jpHyJCYDK3MwBDN3Qdk7YqH/>>. Acesso em: 03 dez. 2023.
- EVARISTO, Conceição (2016). *Olhos d'água*. 1º ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional.
- FELLIPE, Wanderley Chieppe (2020). Reconfiguração de saberes, fazeres e quereres. In: BARROS, EvÂngela Batista Rodrigues de. *Extensão PUC Minas: reconfiguração de saberes, fazeres e quereres*. E-book (673 p.: il.). Disponível em: <https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20201216165401.PDF>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- GOMANE, Manuel Cochole Paulo (2019). Ética e Filosofia Ubuntu: da problemática da concepção ao debate epistemológico. *Revista Reflexões*, Fortaleza/CE. vol 8, pp. 80-7. Disponível em: <<https://revistareflexoes.com.br/wp-content/uploads/2019/08/6.6.6-Manuel-cochole.pdf>>. Acesso em 07 maio 2024.
- GONZALEZ, Lélia (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar.
- HOOKE, Bell (2020). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- HORTON, Richard (2020). Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The lancet*, vol. 396, n. 10255, p. 874, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticia/s/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>>. Acesso em: 3 dez. 2022.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN (2014). *Santos – Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos*. Brasília. Disponível em: <Santos – Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos | ipatrimônio (ipatrimonio.org)>.
- JORGE, Alzira de Oliveira et al. (2022). Das amas de leite às mães órfãs: reflexões sobre o direito à maternidade no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 27, pp. 515-524. Disponível em: <scielo.br/j/csc/a/nKTV7qmpMj5BP9Sv6WkV6jq/?format=pdf>. Acesso em: 25 dez. 2023.
- KILOMBA, Grada (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.
- LAZEGA, Emmanuel & HIGGINS, Sílvia Salej (2014). *Redes sociais e estruturas relacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.

- LEBOYER, Frédérick; BENATI, Luiz Roberto; MARTINS, Maria Sílvia Cintra (2009). *Shantala: uma arte tradicional, massagem para bebês*. São Paulo: Editora Ground.
- MEYER, Dagmar Estermann; FÉLIX, Jeane & VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de (2013). Por uma educação que se movimente como maré e inunde os cotidianos de serviços de saúde. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, vol. 17, pp. 859-871. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/4ttjss6DVS88wvm5G4BZSsy/?format=pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- MURTHA, Ney Albart, CASTRO, José Esteban & HELLER, Leo. (2015). Uma perspectiva histórica das primeiras políticas de saneamento e recursos hídricos no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, vol.18, n.3, pp. 193-210. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC1047V1832015>>. Acesso em: 06 maio 2024.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (2001). Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, pp.115-136.
- NGOENHA, Severino Elias (2006). Ubuntu: new model of global justice? *Indilinga African Journal of Indigenous Knowledge Systems*, vol. 5, n. 2, pp. 125-134.
- NUNES, Aline (2022). *Consciência Negra: a sabedoria ancestral guardada em provérbios africanos*. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/consciencia-negra-a-sabedoria-ancestral-guardada-em-proverbios-africanos-1122>>. Acesso em: 14 maio. 2024.
- PERINI, Camila et al. (2014). Banho de ofurô em recém-nascidos no alojamento conjunto: um relato de experiência. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, vol. 6, n. 2, pp. 785-792.
- PONTES DE ALBUQUERQUE, Carla & FLEURI, Reinaldo Matias (2020). Lições da pandemia: aprender com outras epistemologias o cuidado coletivo com reciprocidade. *Revista de Educação Popular*, n. spe, pp. 268-280. Disponível em:<<https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-830072>>. Acesso em: 08 nov.2023.
- PREFEITURA DE SANTOS (2021). *Banco de empréstimo de sling beneficia mães de recém-nascidos de Santos*. Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/banco-de-emprestimo-de-sling-beneficia-maes-de-recem-nascidos-de-santos>>. Acesso em: 06 maio 2024.
- PREFEITURA DE SANTOS (2023). *Agosto Dourado: Disk Amamentação orienta mães em Santos*. Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/agosto-dourado-disk-amamentacao-orienta-maes-em-santos>>. Acesso em: 06 maio 2024.
- RAMOSE, Mogobe Bernard (1999). *African Philosophy through Ubuntu*. Harare: Mond Books, pp. 49-66.
- RAMOSE, Mogobe Bernard (2009). Globalização e ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*, vol. 2, pp. 175-220.
- RECUERO, Raquel & ZAGO, Gabriela (2020). Desafios e Perspectivas para a Análise de Redes Sociais na Internet. In: JOAQUIM, Fialho (Org.). *Redes Sociais. Como compreendê-las? Uma introdução à análise de redes sociais*. Lisboa: Sílabus, pp.33-45.
- ROLLINS, Nigel et al. (2016). Por que investir e o que será necessário para melhorar as práticas de amamentação. *Epidemiol. serv. saúde*, vol. 387, n. 21, pp. 25-44, 2016. Disponível em: <<https://maternidadesemneura.com.br/wp-content/uploads/2017/11/investimento.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2023.

- SANTOS, Antônio Bispo dos (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA.
- SARAIWA, Luís Augusto Ferreira (2019). O que e quem não é ubuntu. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, vol. 10, n. 2, pp. 93-110.
- SOARES, Lissandra Vieira & MACHADO, Paula Sandrine (2017). "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, vol. 17, n. 39, pp. 203-219. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7427408>>. Acesso em: 3 jul.2023.
- VICTORA, Cesar et al. (2016). Amamentação no século 21: epidemiologia, mecanismos, e efeitos ao longo da vida. *Epidemiol Serv Saúde*, vol. 25, n. 1, pp. 1-24. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7172494/mod_resource/content/1/Amamentacao1.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- VIGISAN (2022). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. Brasília: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- XAVIER, Giovana (2019). *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Malê.